

N.F. Nº - 269439.0066/21-1
NOTIFICADO - MAURÍCIO SÉRGIO TESSAROLO
NOTIFICANTE - RENATO REIS DINIZ DA SILVA
ORIGEM - SAT/DAT SUL/INFAZ EXTERMO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 21.03.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0054-06/22NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA. Documentos anexados pelo Notificado elidem a legitimidade da autuação fiscal. Restou comprovado que o imposto exigido era de competência de outra Unidade da Federação. No presente caso, o Estado do Espírito Santo. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 29/10/2021, exige do Notificado ITD no valor de R\$2.485,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.13: falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal: art. 1º da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 07/35) alegando que o ITD exigido no presente lançamento teve cobrança executada pela SEFAZ/ES, com o respectivo pagamento. Aduz que o objeto do lançamento e tributação é no endereço do Estado do Espírito Santo, conforme escritura pública anexa, não sendo devido a cobrança do ITD pela SEFAZ/BA. Para embasar o alegado, junta cópia do comprovante de recolhimento e documento de transferência do imóvel (escritura pública registrada em cartório).

Finaliza a peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento, com deferimento total.

Na Informação Fiscal (fl. 37), o Notificante reproduz o conteúdo do lançamento e da Impugnação apresentada, para em seguida esclarecer que o Contribuinte anexou documento referente à doação (fls. 12/29). Informa que na fl. 22 existe o registro do valor da doação em 05 (cinco) partes, com os nomes dos donatários e que o valor total doado foi de R\$355.000,00, cabendo a cada donatário a quantia de R\$71.000,00.

Assevera que o valor de R\$71.000,00 é o mesmo cobrado na Notificação Fiscal, considerando indevido o ITD, pois a doação aconteceu e foi cobrada no Estado do Espírito Santo.

Finaliza a informação, opinando pela improcedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificada ITD no valor de R\$2.485,00 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza. Informa o Notificante que o Notificado deixou de recolher o imposto sobre doação registrada em sua DIRPF 2017, ano calendário 2016.

Cumprir destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado alega que o ITD exigido no presente lançamento teve cobrança executada pela SEFAZ/ES, com o respectivo pagamento. Aduz que o objeto do lançamento e tributação é no endereço do Estado do Espírito Santo, conforme escritura pública anexa, não sendo devido a cobrança do ITD pela SEFAZ/BA. Finaliza a peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento, com deferimento total.

Na Informação Fiscal, o Notificante esclarece que o Notificado anexou documento referente à doação (fls. 12/29). Informa que na fl. 22 existe o registro do valor da doação em 05 (cinco) partes, com os nomes dos donatários e que o valor total doado foi de R\$355.000,00, cabendo a cada donatário a quantia de R\$71.000,00. Aduz que o valor de R\$71.000,00 é o mesmo cobrado na Notificação Fiscal, considerando indevido o ITD, pois a doação aconteceu e foi cobrada no Estado do Espírito Santo.

Finaliza a informação, opinando pela improcedência do lançamento.

Compulsando os documentos constantes nos autos, em particular: 1) Cópia da Escritura Pública de Doação, lavrada em 05/04/2016, no município de Aracruz, distrito de Guaraná no Estado do Espírito Santo, na qual firmou-se a doação de um bem (terreno), situado no município supracitado, no valor de R\$355.000,00, para 05 (cinco) donatários, entre os quais, o Notificado, cabendo-lhe a quantia correspondente a R\$71.000,00 (fls. 12/26); 2) Cópia do Documento Único de Arrecadação – DUA e respectivo comprovante de recolhimento (fl. 28), ocorrido em 10/03/2016, não restam dúvidas de que o imposto exigido no presente lançamento já havia sido quitado, assim como que se demonstra indevida a exigência, haja vista a doação, em favor do Notificado, ter ocorrido em outra Unidade da Federação.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº **269439.0066/21-1**, lavrada contra **MAURICIO SÉRGIO TESSAROLO**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 16 de março de 2022

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR